



Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Psicologia  
Curso de Especialização em Educação *e* para os Direitos Humanos, no contexto da  
Diversidade Cultural - EEDH

**ANA PAULA PEREIRA DE CARVALHO**

**A APLICABILIDADE DA LEI 10639/03 COMO INSTRUMENTO  
DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Brasília, outubro de 2015.

**ANA PAULA PEREIRA DE CARVALHO**

**A APLICABILIDADE DA LEI 10639/03 COMO INSTRUMENTO  
DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Orientação da Professora: Dr<sup>a</sup> Maria Helenice Barroso

Brasília, outubro de 2015.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **Comissão Examinadora:**

Profa. Dr<sup>a</sup> Maria Helenice Barroso  
SEEDF/UnB- Universidade de Brasília

Profa. Dr<sup>a</sup> Renata Jesus Costa  
UnB- Universidade de Brasília

Dedico este trabalho à minha mãe, Zilmar, minha única razão de viver, inspiração para meu esforço e dedicação, exemplo de mulher forte, guerreira e humilde. Dedico também à minha avó, Cleonice (*in memoriam*), pelos preciosos momentos em que ela me proporcionou toda a sua sabedoria e humildade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo cumprimento de sua bondade em me proporcionar esta oportunidade. Ele é fiel!

Agradeço minha mãe, Zilmar Pereira de Souza, minha inspiração e exemplo de mulher. Aos meus irmãos, Weverton Carvalho e Geovane Carvalho por todo amor, força e companheirismo de sempre. À Minha avó, Cleonice Santana, exemplo de fé e dedicação, que acreditava nas minhas conquistas. Agradeço também a minha cunhada Marcelina de Souza pela solidariedade, força e amizade de sempre, à minha sobrinha, Giovanna Carvalho, que me inspira e me ensina cada dia mais.

As minhas amigas, Maria Creuzirene, Cilene Vilarins, por todo o aprendizado que me proporcionaram.

A minha orientadora, Maria Helenice Barroso, pela paciência, dedicação e por todos os momentos de orientação sempre transmitidos com confiança e tranquilidade, sem o seu apoio seria impossível à concretização da pesquisa.

Aos professores e direção da Escola Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF pelo coleguismo, incentivo e contribuição significativa para a realização dessa pesquisa.

Em especial agradeço meu amigo, Marconi Moura, pelo incentivo, amizade e confiança de sempre. Seu apoio fez a diferença.

A todos vocês meu carinho e muito o obrigada!

*O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra (...). Além disso, esta memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação das riquezas econômica e social e da identidade nacional.*

*Kabengele Munanga.*

## RESUMO

O presente trabalho buscou fazer uma análise da aplicabilidade da Lei 10.639/03, que entrou em vigor no ano de 2003, tornando obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino básico. Trata-se de uma análise da Lei 10639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos aos alunos negros *no Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF*. O trabalho de pesquisa buscou identificar as contribuições da Lei 10.639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças e analisar como as questões referentes à diversidade, direitos humanos e cidadania vêm sendo tratadas, no âmbito da Escola *Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF*.

**Palavras-chave:** Lei 10639/03. Cultura afro-brasileira. Direitos Humanos. Educação.

## SUMÁRIO

Resumo.....	07
Introdução.....	09
1. Fundamentação Teórica.....	12
1.1. Negro e a sociedade Brasileira.....	12
1.2. Marcos Legais aos negros: desafios para implementação.....	13
1.3. A Lei 10639/03: Um instrumento a serviço dos Direitos Humanos.....	16
1.4. A construção Educativa para a diversidade à luz da Lei 10639/03.....	20
2. Metodologia.....	23
2.1. Fundamentação Teórica da Metodologia.....	23
2.2. Contexto da pesquisa.....	24
2.3. Participantes.....	25
2.4. Instrumentos e Materiais.....	25
2.5. Procedimentos de Construção de dados.....	25
2.6. Procedimentos de Análise de dados.....	27
3. Apresentação dos Resultados.....	28
3.1. Discussão dos resultados.....	30
Considerações Finais.....	33
Referências Bibliográficas.....	34
Apêndices.....	37
A – Questionário aplicado.....	37
B – Fotos festival Afro-brasileiro.....	40
Anexos.....	
A – Aceite institucional	
B – Termo de Consentimento Livre e assinado	



## INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03 tem foco na educação escolar, e deve ser cumprida pelos sistemas de ensino. Seu compromisso é com a promoção da equidade na educação, que busca assegurar por meio da sua aplicação a construção do conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira, bem como uma reflexão crítica acerca da diversidade. Neste sentido o trabalho que tem como tema “A aplicabilidade da Lei 10639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania” terá como abordagem a perspectiva de discutir e analisar se a proposta da Lei 10.639/03 no âmbito escolar está sendo aplicada como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania aos alunos negros da escola Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião do Distrito Federal. A proposta é analisar como se dá a aplicabilidade da Lei 10639/03. Essa lei contribui para garantia dos direitos humanos e cidadania aos alunos? Como se dá a discussão de questões étnico-raciais no ambiente escolar? O que mudou na perspectiva de garantia de direitos humanos depois da regulamentação da lei? E quais perspectivas que surgiram depois da lei 10639/03 para valorização e garantia dos direitos humanos e cidadania aos alunos negros na escola?

A Lei 10.639/03 foi uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que tornou obrigatório o estudo sobre cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino e nas Diretrizes Curriculares. A Lei traz novas orientações às políticas públicas para traçar estratégias de combate à desigualdade racial. Possibilita ainda uma reflexão acerca das contribuições da cultura africana para a formação histórica do povo brasileiro, ela resgata por meio do conhecimento e da cultura a participação do negro na história do Brasil e poderá assim, ser um passo no combate à violação dos seus direitos que se pode considerar como parte essencial para analisar a trajetória do negro no Brasil.

As resistências de uma sociedade preconceituosa e a exclusão do sistema educacional de estudantes negros são fatores propulsores de medidas que tenham por finalidade possibilitar mudanças em práticas pedagógicas e o reconhecimento da

participação dos negros na formação do brasileiro. Foi a partir dessa contextualização que me interessei pelo tema. Sou formada no magistério, graduada em Estudos Sociais com habilitação em história. Esse tema sempre fez parte de minhas curiosidades e tenho a oportunidade de estudar e desenvolver melhor esse conhecimento a partir dessa especialização. Acredito que o estudo é de fundamental importância no conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos, contribuindo para um conhecimento menos preconceituoso e mais abrangente em relação aos povos negros. Acredito que o presente estudo poderá contribuir para a minha formação de forma significativa e ampliará as minhas práticas pedagógicas enquanto docente mais consciente.

Discutir e analisar a aplicabilidade da Lei 10639/03 no âmbito da proposta político-pedagógica da escola, sua organização curricular e incentivar ações pedagógicas sob a ótica dessa lei, pode possibilitar uma aproximação entre a história ocidental já trabalhada na escola com a história africana, até então desconhecida do universo escolar. A história africana é permeada por lutas pelos direitos de participação dos negros em todos os segmentos da sociedade. A compreensão dessa história poderá se tornar em um instrumento capaz de estabelecer uma maior mobilização no sentido de promover a reparação das desigualdades e exclusão social dos negros historicamente construída.

Como já explicado anteriormente, o objeto de estudo dessa pesquisa é a aplicabilidade da Lei 10639/03 como forma de garantia aos direitos humanos e da cidadania aos alunos negros estudantes do *Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF*. Desse modo, a pesquisa em tela terá como objetivo geral analisar a aplicabilidade da Lei 10.639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos aos alunos negros no *Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF*. Para atingir tal proposição foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar as contribuições da Lei 10.639/03 em relação à convivência e respeito às diferenças; propor discussões com os seguimentos de professores e alunos da comunidade escolar para a construção de uma proposta política pedagógica voltada para efetivação da aplicação da Lei 10.639/03 e, por último, analisar como as questões referentes à diversidade, direitos humanos e cidadania vêm sendo tratadas, no âmbito da escola *Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF*.

O presente trabalho será apresentado e dividido por capítulos, de forma que o

desenvolvimento será abordado em três capítulos. Procurei traçar a história do negro na sociedade brasileira, desde sua chegada ao Brasil, às diversas tentativas de implementações de leis em seu favor, muitas sem sucesso, até o surgimento e o enfoque maior na lei 10639/03 como garantia de direitos humanos e cidadania.

Para embasar este trabalho, terei como fonte de pesquisa os estudos feitos por Antônio Sergio Alfredo Guimaraes que aborda o modo de inserção do negro na sociedade brasileira, Joaquim Nabuco como um abolicionista, que lutou em favor dos escravos. Valeria Menezes com o preconceito racial nas instituições escolares, além de Lilia Moritz com questões raciais e etnicidade, Norberto Bobbio em favor dos direitos humanos, preconceitos e injúria racial por Rosana Schwartz e estudos da leitura do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do MEC e a própria Lei 10639/03 de 09 de Janeiro de 2003 dentre outros artigos que desenvolve o tema da pesquisa.

# **CAPÍTULO I**

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 Negro e a Sociedade Brasileira**

A presença do negro na sociedade brasileira influenciou e contribuiu para a própria formação cultural e econômica da sociedade, mas a construção dessa formação foi marcada por diversos conflitos étnicos.

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo este produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade (GUIMARÃES, 1996, p. 20).

Apesar do intercuro cultural descrito acima, esse contato desencadeou alguns desencontros. Segundo Guimarães (1996) as diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidentes a distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos.

Os índios e, em especial, os negros permaneceram em situação de desigualdade situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo esta última compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas tais com: econômica, política e cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam-se alheios ao exercício da cidadania. Esse acontecimento inicial parece ter de algum modo subsistido, contribuindo para o quadro situacional do negro. O seu cotidiano coloca-o frente à vivência de circunstâncias como preconceito, descrédito, evidenciando a sua difícil inclusão social (GUIMARÃES, 1996, p. 23).

O nosso país ficou marcado pela questão do racismo e mais especificamente pela exclusão dos negros. O negro foi exceção, a maior parte da população era marginalizada. O processo de construção do racismo desenvolveu ao longo do tempo. Conjunções de opiniões negativas em relação à raça negra, pautado em uma visão inferiorizada do outro foi fator de construção histórica da desigualdade e exclusão do negro.

Textos de Schwartz (apud MORITZ, 2007, p.32) entende que a “questão racial” pode ser repensada a partir de uma postura que busque “Enfrentar o tema da identidade; pensar em particularidades locais”. De acordo com Moritz, que traz o pensamento de Schwartz, esse contexto da sociedade brasileira:

Foi marcado desde a sua formação, como uma sociedade multiétnica e de raças “cruzadas”. Criado por elites brancas e trabalhosamente inscritas e enraizadas no imaginário social, inclusive com a colaboração de notáveis cientistas sociais, o mito da democracia racial que se supõe existir no Brasil foi, provavelmente, um dos mais poderosos mecanismos de dominação ideológica já produzida no mundo (SCHWARTZ apud MORITZ, 2007, p.32).

## **1.2 Marcos Legais aos negros: desafios para implementação**

A história do negro sempre foi marcada por muitas dificuldades, sofrimentos e negações que vai desde a escravidão, passando pela astuciosa liberdade até chegar ao racismo velado e aos preconceitos e discriminações até hoje evidenciados. Os processos de implementações de leis que pudessem favorecer e contribuir para a sua valorização também passaram por adversidades.

O abolicionismo inseria-se em todo um contexto propício ao fim da escravidão: o aumento das pressões internacionais, a introdução de novas perspectivas para a aplicação do capital, o surgimento de uma economia eminentemente urbana e no seu bojo uma nova categoria social, a desarticulação do tráfico de escravos a partir de 1850, a tomada e consciência dos escravos de que o regime ruía, as leis emancipadoras de 1850 (ventre livre) e de 1885 (sexagenários) (CICONTE; ROMANI, 2004, p.14).

E na tentativa de recuperar o direito à liberdade dos africanos, diversas leis foram elaboradas, mas o processo de conquista e promulgação dessas leis tiveram grandes conflitos e resistências sociais. A primeira lei que visava proibir o tráfico de africanos foi a Lei de 7 de novembro de 1831, que já nasceu fracassada, determinava que todos os escravos que entrassem no país estariam livres e que quem participasse do contrabando seria severamente punido.

Esta lei estabeleceu, pela primeira vez, o fim do tráfico de negros para o território do império, além de declarar que todos os aqui desembarcados, após a sua

promulgação, seriam considerados livres (NABUCO, 2003, p.26). Na verdade, seus legisladores nunca tiveram a intenção de fazer uma norma que, na prática, resultasse na suspensão definitiva do tráfico, mas apenas uma lei “para inglês ver”, como algo a não ser cumprido, pretendendo assim demonstrar que o país estava empenhado em resolver de uma forma autônoma seus problemas de mão-de-obra escrava. A eficácia dessa lei não ultrapassou 1837, quando o tráfico já atingia proporções maiores.

Em 1850 a lei de *Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara* foi aprovada e apesar de não ter sido a primeira a proibir o tráfico de africanos para o país, foi a primeira a surtir impacto relevante sobre a escravidão no país. A lei de *Eusébio de Queirós* foi fortemente influenciada pela lei de 7 de novembro de 1831 e depois de promulgada dificultou, encareceu a escravidão, tornando-a inviável e forçando os escravagistas a procurar outras formas de mão-de-obra. A lei 581 do Império do Brasil, aprovada em 4 de setembro de 1850, extinguiu finalmente o tráfico de escravos africanos para o Brasil, após mais de 30 anos de acordo com a Inglaterra não cumpridos. Desde o final do século XVIII, o comércio negreiro, até então legal e amplamente praticado pelos países europeus envolvidos na colonização americana, começou a perder progressivamente legitimidade, até tornar-se ilegal na maioria dos países que o praticavam, nas primeiras décadas do século XIX (DICIONÁRIO BRASIL IMPERIAL, 2008, p.474).

Foi a partir dessa lei que abriu caminho para a lei do ventre livre de 1871, ato de soberania nacional. A lei foi analisada anos mais tarde no parlamento, Nabuco diria que:

Tudo o mais, ou foi necessariamente transitório, como a entregad'esses mesmos ingênuos ao captiveiro até aos vinte e um anos; ou incompleto, como o systema de resgate forçado; ou insignificante, como as classes de escravos libertados; ou absurdo, como o direito do senhor da escrava á indemnização de uma apólice de 600\$000 pela criança de oito anos que não deixou morrer. Ou injusto, como a separação do menor e da mãe, em caso de alienação d'esta. Isso quanto ao que se acha disposto na lei; quanto a que foi esquecido o índice das omissões não teria fim. Apesar de tudo, porem, o simples principio fundamental em que ella assenta basta para fazer d'essa lei o primeiro acto de legislação humanitária da nossa historia (NABUCO, 2003, p.119).

Joaquim Nabuco foi um escritor, historiador, diplomata e acima de tudo um abolicionista que desenvolveu através da política a sua luta contra a escravidão. Seus princípios ao combate da escravidão eram pautados em aspectos sob o ponto de vista humano, que nega a própria essência do homem, da concepção humana como um todo e sobre o ponto de vista econômico que era um retrocesso enquanto existisse houvesse escravos no Brasil não seria possível desenvolver e acompanhar a evolução econômica

mundial, a industrialização.

A lei de 1871 consagrou a luta e os direitos dos escravos em relação ao pecúlio e à indenização forçada. Joaquim Nabuco defendeu a ideia de abolir o tráfico interprovincial de negros e se comprometeu a apoiar a votação de verbas maiores para o fundo de emancipação que congregava recursos para a alforria de escravos, mediante indenizações de seus valores aos proprietários (NABUCO, 2003, p.22).

Nabuco defendeu a lei de abolição da escravidão, mais que isso, ele nunca acreditou que apenas uma lei resolveria o problema do país. Para Nabuco muitas medidas seriam necessárias, entre elas, assegurar a cidadania aos negros com a inserção justa dos novos libertos à sociedade. No passo seguinte, a lei de 28 de setembro de 1885, dá liberdade para os maiores de sessenta anos, depois de um ano de debates e rejeição ao projeto original a lei dos sexagenários liberta os escravos com mais de 60 anos de idade, que dificilmente chegavam a essa idade.

Diferentemente dos outros processos para a aprovação de leis em favor da abolição da escravatura, a Lei Aurea de 13 de maio 1888, teve rápido processo de aprovação e formalização foi assinada no palácio Imperial pela Princesa Isabel e Rodrigo Augusto da Silva, ministro da agricultura da época. Chegava ao fim o lento processo de abolição no Brasil, que foi o último país do continente americano a abolir o trabalho compulsório dos negros. A abolição da escravatura foi marcada pela mobilização da sociedade, a rebelião da senzala e por muitas negociações polêmicas na Câmara e Senado Federal. No parlamento tiveram mais de 65 anos de lutas em favor da abolição até que a escravidão deixasse de ser legal.

### **1.3 A Lei 10639/03: Um instrumento a serviço dos Direitos Humanos no contexto da Diversidade cultural**

Os direitos humanos por meio de princípios ou valores contribuem para a participação com igualdade de direitos de todos os indivíduos. Por meio da luta por direitos humanos é conferido direitos sociais que possibilitam ao indivíduo sua inserção e garantia plena a condições de vida adequadas. São aplicados a todos e tem como princípio proteger a pessoa de tudo que possa negar a sua condição humana. Os direitos humanos são

essenciais a uma vida digna e justa, fundamental a existência social. No processo de conquista pelos direitos humanos, as leis constituem uma referência muito importante, pois uma verdadeira democracia somente se desenvolve onde os direitos humanos sejam reconhecidos por uma Constituição.

Quanto ao que se convencionou chamar “direitos humanos” são exatamente os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos. São direitos que possuímos não porque o Estado assim decidiu, através de suas leis, ou porque nós mesmos assim o fizemos, por intermédio dos nossos acordos. Direitos humanos, por mais pleonástico que isso possa parecer, são direitos que possuímos pelo simples fato de que somos humanos (BOBBIO, 1992, p. 34).

O homem é um ser em processo de construção que pode ser sempre melhorado ao marco de aperfeiçoar sua capacidade de superar instintos egoístas, preconceituosos e nocivos à vida em sociedade, é possível, portanto estudos que possam promover a dignidade do indivíduo mediante estudos próprios voltados para os direitos humanos. A educação como fonte de aperfeiçoar essa capacidade favorece ao homem instrumentos necessários para que ele possa constituir as bases de uma vida compartilhada e baseada nos valores de solidariedade, justiça, respeito mútuo, liberdade e responsabilidade.

A transformação social do homem ao longo da história também é construída em sua natureza, sua ação não é isolada, mas é um sujeito que é ação de um grupo, não somente um “eu”, mas um “nós”. O desenvolvimento social acontece dentro do contexto social, são relações que podem ser reprodutoras ou transformadoras, agindo um sobre o outro.

O indivíduo é determinado e determinante, passivo e ativo. Ele se insere em um grupo social através da linguagem, que é um produto histórico e traz valores e significados presentes nesse grupo social, que é condição para o desenvolvimento de seu pensamento. Sendo também condição para a comunicação e desenvolvimento de suas relações sociais e de sua individualidade. Assim, na relação entre indivíduos, estes se transformam e também transformam seu próprio grupo (MONTEIRO, 2013).

Partindo do princípio que a escola é *lócus* do conhecimento e os agentes de transformação desse conhecimento são os professores, é importante o desenvolvimento a partir de novas práticas educacionais por seus agentes para que a escola possa formar um novo aluno. A escola precisa que seus professores tenham capacidades intelectuais de



promover uma prática docente cidadã e transformadora, pesquisando e construindo conhecimentos para a promoção da igualdade de direitos e para assegurar o direito a ter direito.

Na sua totalidade, a escola é o local privilegiado de formação do ser humano, formação essa que interfere na construção da identidade do indivíduo. Se assim o é, torna-se de fundamental importância uma prática educativa que estimule a formação de valores, hábitos e atitudes, capazes de promoverem uma educação para a diversidade, bem como, comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Deve ser um ambiente, onde não é aceito nenhum tipo de discriminação, preconceito de raça, etnia, cor ou gênero. De acordo com Delors (2001) a escola é o espaço de construção de saberes, de convivência e socialização. Uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, capaz de combater formas de pobreza, exclusão social, intolerâncias e opressões (ABRAMOVAY, 2008, p. 1).

Paulo Freire (1993) caracteriza a escola para uma educação libertária, na qual as práticas autoritárias sejam rejeitadas e que o docente seja um líder capaz de estimular a autonomia do estudante e sua responsabilidade. A educação vista como ato político, vê a escola inserida nas relações políticas sociais, onde reflete e vai refletir a sociedade e o professor é peça fundamental e tem competência para ensinar, promovendo para que a aprendizagem aconteça. O professor deve estar em busca de aperfeiçoamento e atualização em relação às novas descobertas da ciência, das novas tecnologias e dos avanços da humanidade para garantir que a escola seja propositiva diante dos novos desafios que a sociedade enfrenta (FREIRE, 1993).

Por outro lado, embora na escola estejam presentes a violência simbólica, o racismo, o preconceito e a discriminação, ela é também um espaço de superação, o que é reconhecido por Nilma Lino Gomes (2003), ao declarar que:

A escola enquanto Instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, é um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas, sendo um importante local, onde estas podem ser superadas (GOMES, 2003, p.77).

O nosso processo de formação social, nos ligam ao continente africano. Nossa

cultura é influenciada e de modo geral tem sido objeto de estudo de inúmeros autores, por isso o currículo escolar também precisa inserir, nas práticas pedagógicas, um tema de tão grande relevância. Moura (2003), estudiosa do tema cultura afro-brasileira e currículo escolar, chama a atenção para o fato de que a escola revela dificuldades em considerar, em suas abordagens curriculares, os saberes diferenciados que os alunos podem trazer da vivência familiar ou do seu meio social de origem. Para ilustrar essa posição, a autora apresenta o relato.

Em certa ocasião, vivi uma experiência significativa em sala de aula de uma escola municipal de Itabuna, na Bahia: embora ali todos os alunos fossem negros, à pergunta sobre quem era negro naquela sala, ninguém se identificou como tal, evidenciando-se o afastamento entre o que cada um é aos olhos dos outros e as representações que cada um tem sobre si mesmo. Isso mostra como esta forma de identificação – ser negro – não é afirmada positivamente. Em outra ocasião, quando estive na escola de Jaboticatubas, frequentada pelas crianças da comunidade de Mato do Tição, soube de ouro caso exemplar: a professora passou um exercício em que cada aluno devia se identificar com negro ou branco. Frente à tarefa, uma menina negra se identificou como branca e foi “denunciada” pelo colega do lado, o que fez com que caísse em pranto convulsivo (MOURA, 2003, p. 13).

De acordo com a autora, para evitar situações como a descrita no relato, é necessária uma educação que se mostre profundamente vinculada às diversas matrizes culturais que contribuíram para a formação de nossa identidade cultural. Para ela, o desenvolvimento desse tipo de educação pode contribuir, ao mesmo tempo, para:

- Ajudar os alunos de variados grupos sociais a respeitarem os valores positivos que se confrontam a partir das diferenças sociais;
- Combater a carga negativa e os preconceitos, que ainda venham a se manifestar em relação à origem étnica, às crenças religiosas e às práticas culturais diversificadas. De fato, a diversidade cultural justifica-se, fundamentalmente, pela variação das culturas em cada tempo e lugar. Por isso, é importante que os currículos escolares contemplem o conhecimento de todos os povos, sem qualquer tipo de prática discriminatória.

No caso da cultura africana, para o currículo brasileiro esta questão assume grande importância, em função, sobretudo, do nosso processo de formação cultural e das profundas influências que essa cultura apresentou para o nosso povo, como já ressaltamos.

Em decorrência do nosso processo de formação cultural, as comunidades quilombolas trazem em sua memória cultural histórias de luta e resistência cultural, sendo representantes de uma memória rica e viva da história afro-brasileira. No Brasil, existe um grande número de comunidades de remanescentes quilombolas. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras. Também o Decreto nº 4.887/03 lhes garante a posse de terra, bem como o acesso aos básicos, como saúde, educação e saneamento básico. Frente à necessidade de uma educação plural que considere a importância da abordagem dos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileira, a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, altera a LDB nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A temática deve ser tratada de modo a reduzir os estereótipos e a reprodução dos modelos que inferiorizam os estudantes que são identificados como negros e negros.

Apesar de estarmos atrasados quinhentos anos na história, a efetividade da lei no ambiente escolar significa avanços no que se refere à possibilidade de permissão de construção de uma sociedade mais justa. A lei considera que é no ambiente escolar, na prática pedagógica e no compromisso com a efetivação do currículo que há possibilidade de repensar os hábitos pedagógicos, com o objetivo de trabalhar a temática das relações étnico-raciais. Portanto, a implementação da Lei nº 10.639, passa, essencialmente, pela capacitação continuada de professores e profissionais da educação, com o objetivo de desconstrução do preconceito e toda forma de discriminação racial, no ambiente escolar.

O Projeto Político Pedagógico da Escola, também tem forte contribuição na formação escolar, são elaboradas diretrizes pedagógicas que servirão como ponto de apoio durante todo o ano letivo, elaborada com a participação de toda a comunidade escolar, o PPP pode ser reformulado e adaptado à necessidade escolar. Um momento de reflexão e debate onde são consideradas as necessidades reais da escola. Porém, a qualquer momento, pode ter inserção temática, sendo um grande associado para trazer às discussões com a comunidade escolar as questões étnico-raciais, bem como a valorização da história e a cultura afro-brasileira.

#### **1.4 A construção Educativa para a diversidade à luz da Lei 10639/03**

A diversidade é entendida como uma construção histórica, social, cultural e política das diferenças, analisar essas diferenças requer a inter-relação com outros fatores, tais como: os desafios de articulação entre políticas de igualdade e de política de identidade ou de reconhecimento da diferença em cenário nacional ou até mesmo internacional. Educar para a valorização da diversidade não é, portanto, tarefa apenas daqueles que fazem parte do dia-a-dia da escola, é responsabilidade da sociedade e do Estado (BRANDÃO, 2009, p.33).

Na Constituição Federal (1988), enfatiza a educação como um direito de todo cidadão brasileiro, independente de sua raça, o artigo 205º apresenta a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988, p. 41). No artigo 206º está que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V- gestão democrática do ensino público na forma da lei; VI- garantia de padrão de qualidade (CF, 1988, p. 41).

O artigo 210 (CF, 1988, pg. 42), diz que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (CF, 1988, p. 42).

A escola foi criada como instituição educativa, isto é, para transmitir às novas gerações elementos culturais necessários para a participação na vida social, conforme a divisão do trabalho, do poder e do saber (MENEZES, 2002, p. 11). Sendo um espaço educativo rico: tem a excelente tarefa social de criar intencionalmente condições educativas para que possamos receber desconstruir e reconstruir o mundo humano já construído.

Na luta pela educação igualitária, justa e que combatesse práticas

discriminatórias sofridas pelos negros no ambiente escolar, por respeito a uma sociedade que é democrática, fundamenta-se políticas públicas em favorecimento a valorização de uma educação que contemple a História da África e dos povos negros. Com base na Lei 10639/03 buscou-se elaborar novas diretrizes curriculares e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e Afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. Desse modo podemos afirmar que a Lei 10639/03 simboliza um ponto de chegada das lutas anti-racistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira.

Como desdobramento dessa política educacional voltada para a diversidade étnico-racial, o Ministério da Educação apresentou, em 2006, o documento de *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, como um importante subsídio para o tratamento da diversidade na educação. Este documento se apresenta como sendo um instrumento de fundamental importância “para a construção de uma sociedade anti-racista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial.”.

Outro documento norteador dessa política educacional de valorização da diversidade é o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que tem como objetivo central:

Colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária (PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, 2013, p.19).

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana está concentrado formalmente para que sistemas e instituições de ensino cumpram o estabelecido na Lei 10639/03. Assim, as instituições devem realizar revisão curricular para a implementação da temática, tanto na gestão dos projetos

políticos-pedagógicos como nas coordenações pedagógicas e colegiados, uma vez que possuem liberdade para ajustarem seus conteúdos e contribuir no necessário processo de democratização da escola, da ampliação do direito de todos e todas à educação.

A Resolução CNE/CP nº 01/2004 prevê no artigo 3 que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

Dessa maneira, torna-se necessário o cumprimento do estabelecimento na Lei nº 10639/03 como indica a referida Resolução.

## **CAPÍTULO II**

### **METODOLOGIA**

#### **2.1 Fundamentação Teórica da Metodologia**

A metodologia selecionada para esta pesquisa encontra-se embasada na pesquisa qualitativa, pois busca a percepção dos significados das experiências vividas pelos próprios sujeitos da pesquisa. Parte-se do princípio que esses sujeitos como seres sociais vivem novas situações refletem e ressignificam suas práticas. Acredito que o fato das pesquisas qualitativas não desprezarem o contexto e aceitarem o ponto de vista do investigado, como dado de análise nos traz uma riqueza maior quanto à realidade estudada.

Para o desenvolvimento desse estudo será utilizada a pesquisa-intervenção. A pesquisa-intervenção baseia-se no princípio da construção de conceitos pela ação e novas análises cotidianas. De acordo com Aguiar e Rocha:

Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise. É um modo de intervenção, na medida em que recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em sua pragmática - variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho que se configura como eficiente e produtivo no paradigma do mundo moderno" (AGUIAR e ROCHA, 1997, p.97).

Para as autoras, a pesquisa-intervenção não visa à mudança imediata da ação instituída, pois a transformação é consequência da produção de outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto. Consiste em uma tendência das pesquisas participativas que buscam investigar a vida de coletividade na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção na perspectiva de promover uma reflexão crítica acerca do contexto histórico-social e impulsionar transformações junto aos sujeitos pesquisados.

#### **2.2 Contexto da Pesquisa**

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de estudos sobre a história do negro na sociedade brasileira, a criação da Lei 10639/03 a serviço dos Direitos Humanos na construção de uma formação educativa em e para os direitos humanos, cidadania e diversidade e, por fim, a pesquisa para averiguar o cumprimento das ações pedagógicas à luz da Lei 10639/03 sobre o tema na Escola Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF.

Para a reconstrução da história da participação do negro na sociedade brasileira foram utilizados artigos, documentos que possibilitaram refletir como o ensino de história africana, até então, têm sido desconsiderados promovendo a invisibilidade da população negra brasileira como sujeitos construtores da história do país.

Em seguida foi feita uma análise da Lei 10.639/03 com o objetivo de compreender e identificar quais as contribuições à referida lei trás para a prática pedagógica e os respeitos às diferenças.

Foi realizada uma pesquisa direcionada aos professores por meio de um questionário a fim de apontar as contribuições para a valorização dos direitos humanos aos negros no contexto escolar e também identificar a efetivação das ações pedagógicas à luz da Lei 10.639/03 em sala de aula.

### **2.3 Participantes**

Os sujeitos dessa pesquisa foram 04 professores da escola. O questionário foi do tipo semiaberto e se desenvolveu utilizando questões abertas e fechadas, os dados coletados foram utilizados para análise e desenvolvimento dos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

A seleção dos sujeitos da pesquisa se deu a partir dos seguintes critérios: para os professores regentes em sala e que trabalham com ações das questões referentes à diversidade, direitos humanos e cidadania e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa. A instituição autorizou a participação dos professores no estudo.



## **2.4 Instrumentos e Materiais**

Para a construção da pesquisa foi utilizado como instrumentos, um questionário, diário de campo e análises de documentos. O questionário foi pautado com perguntas abertas e objetivas, elaboradas para atender os objetivos gerais da pesquisa.

Os materiais para a construção de dados foram um gravador para a entrevista inicial e materiais de consumo como papel e caneta.

## **2.5 Procedimentos de Construção de Dados**

Para construção de dados foi feito um estudo de caso sobre a prática da aplicabilidade da Lei 10639/03 com a Escola Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF.

O Centro de Educação Infantil 01 de São Sebastião está localizado na Quadra 101 conjunto 10, no Bairro Setor Residencial Oeste - São Sebastião, cidade administrativa criada há 20 anos. Fazendo parte do grupo das vinte e três escolas da cidade, o Centro de Educação Infantil 01 foi elencado pela comunidade local, como uma obra prioritária que através do programa de Governo “Orçamento Participativo” viria atender a demanda dos alunos entre 06 meses de idade e 06 anos, na época creche e jardim de infância, no entanto devido a grande demanda, o atendimento aos alunos da creche não foi possível, contemplando alunos a partir do Jardim I e II, que tiveram posteriormente como nomenclatura 2º e 3º período, QMCM (programa quanto mais cedo melhor) e hoje primeiro ciclo do currículo em movimento. Há 15 anos, no dia 18 de setembro de 1998, a escola foi inaugurada e entregue a comunidade, que na época, caracterizava-se por seu baixo poder aquisitivo, necessitando da Instituição até mesmo para maior amparo de seus filhos. No ano de 2005 a escola não conseguiu atender a imensa demanda e o Governo fez a abertura de um Anexo. Um galpão que foi alugado e adaptado para atendimento emergencial e provisório a 570 alunos até 2006. É importante acrescentar também que devido necessidade, dos anos de 2008 a 2009, a escola atendeu turmas do primeiro ano do Bloco inicial de alfabetização e a partir de então o atendimento exclusivo às crianças de 04 e 05 anos de idade. Registrar essas alterações no atendimento é importante, pois durante anos o

trabalho pedagógico priorizava uma dinâmica direcionada à alfabetização e a partir das mudanças estabelecidas e o atendimento agora direcionado à educação infantil teve que quebrar paradigmas, revisar nossos pressupostos e buscar uma identidade que abraçasse às novas necessidades desta etapa da infância.

Desde o ano de 2010 a escola adotou como símbolo da instituição “A árvore da família”, sendo uma adaptação da obra “O livro da família” do autor Todd Parr. Que para nossa realidade significa o reconhecimento de toda diversidade encontrada neste espaço e ao mesmo tempo a importância dos laços aqui estabelecidos.

A missão da escola é selecionar e organizar situações que deverão propiciar às crianças condições básicas para que elas se desenvolvam de acordo com suas possibilidades, respeitando cada sujeito, em suas etapas de desenvolvimento, sua história, cultura e contexto social. O Centro de Educação Infantil 01 de São Sebastião/DF entende ainda que sua missão está fundamentada no respeito às diversidades e às fases do desenvolvimento infantil, que nunca serão padronizadas. A escola trabalha para que todos os alunos tenham um vínculo positivo com o conhecimento e o gosto pela descoberta. Para que as vivências, o jogo e as brincadeiras, desenvolvam a habilidade de descobrir em cada informação, um significado.

As interações entre comunidade e escola são feitas por meio de reuniões, eventos e festas organizados pela própria escola. O trabalho com as questões étnico-raciais auxilia na elevação da auto-estima do corpo discente e também docente, que vê seu trabalho valorizado, em sentido real.

Historicamente ou através de projetos pré-determinados por outras instâncias ou pelo próprio calendário escolar da rede de ensino, a instituição desenvolve alguns acontecimentos ou eventos, que já fazem parte da sua rotina. Dentre eles, o festival afro-brasileiro em sua terceira edição, que é realizado no intuito de oportunizar a identificação e reconhecimento das diversas culturas afro-brasileiras e indígenas. Em 2015 a proposta foi de continuidade dessa ação que deu vez e voz às nossas crianças, com uma abordagem acerca dos Direitos Humanos e valorização da cultura Afro-Brasileira. A escola reuniu professores, alunos e comunidade e fez a exposição dos principais trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pelos alunos. Os trabalhos são retratos do processo de construção e valorização da cultura étnico-racial.

Diante desse contexto, a escolha da escola se deu pelos os trabalhos iniciados e desenvolvidos em ação de transformação, com o objetivo sempre da intervenção e formação do educando por meio de socialização no contexto escolar. Eu tenho conhecidos que já trabalharam na escola e isso me motivou a conhecer as práticas educacionais desenvolvidas pela escola.

## **2.6 Procedimentos de Análise de Dados**

A análise de levantamento de dados da presente pesquisa foi realizada em uma Escola Pública de Anos Iniciais em São Sebastião no Distrito Federal, no mês de outubro de 2015. A pesquisa teve como objetivo estudar e analisar a aplicabilidade da Lei 10639/03 no ambiente escolar como instrumento de garantia de direitos humanos aos alunos negros, com vistas a identificar se a aplicação da referida lei contribui no que diz a convivência e respeito às diferenças e análise de como as questões referentes à diversidade, direitos humanos e de cidadania vem sendo trabalhado no ambiente escolar no âmbito pessoal e no acadêmico (aprendizagem).

Posteriormente, identificar as práticas pedagógicas em relação à política de construção e valorização da cultura étnico-racial, prevista na Lei 10.639/2003, que possam valorizar a cultura étnico-racial e minimizar as questões de preconceito e discriminação, neste espaço escolar, envolvendo a comunidade. A primeira análise abordada será o segmento docente.

## **CAPÍTULO III**

### **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

A ausência da História Africana e afro-brasileira é um vazio de conhecimento nos sistemas educacionais brasileiros, a ausência de uma história desses povos retira a oportunidade de construir uma identidade positiva sobre as nossas origens. Essa ausência abre caminho para hipóteses preconceituosas, desinformadas ou racistas sobre as nossas origens, criando assim terreno fértil para produção e difusão de ideias erradas e racistas sobre a população negra.

O trabalho em desenvolvimento refere-se à Lei 10639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana. Uma educação anti-racista é preciso começar desde cedo, pois é por meio de novas aprendizagens a partir dessa fase que se forma um conhecimento de reflexão e de esclarecimentos sobre outras culturas. Dentro dessa abordagem, busquei identificar por meio do questionário aplicado no Centro de Educação Infantil 01 de São Sebastião/DF as contribuições da Lei 10639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças.

Os resultados obtidos foram positivos, principalmente no que diz respeito às conquistas rumo à valorização e as diferenças étnicas racial em sala de aula. A escola trabalha com a diversidade em seu cotidiano de forma leve e interdisciplinar a partir de atividades diversificadas que possam contextualizar a Lei 10639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e de cidadania. As atividades desenvolvidas para a valorização da cultura étnico-racial foram bastante significativas para elaboração de um conhecimento menos preconceituoso tornando o espaço comum a todos e a escola, um lugar onde as diferenças somam e não afastam.

Solicitei aos professores que respondessem a um questionário relativo à sua prática em sala de aula no que concerne a Lei 10639/03. Dos 04 professores que responderam ao questionário apenas 02 tem mais de 10 anos de atuação, demonstrando maior conhecimento da sua realidade, da sua história, os mais novos também se mostram engajados nessa realidade, tornando o grupo apto a tratar de questões particulares que transmitem essa realidade.

Com exceção de um entrevistado, todos os outros declararam que já sofreram discriminação étnico-racial e que existe discriminação em relação à raça no seu ambiente de trabalho entre estudantes e estudantes. Para  $\frac{3}{4}$  dos professores da pesquisa a discriminação e preconceito racial interferem na construção da aprendizagem do estudante. Todos planejam atividades diversificadas para trabalharem o tema como estratégia de sanar a discriminação e preconceitos raciais existente em sala de aula.

Para os professores entrevistados todos acreditam que a atuação pedagógica com valorização ao respeito ao próximo, trabalhando a diversidade no cotidiano, com representações lúdicas, teatrais e textuais desenvolve a reflexão para uma prática pedagógica menos preconceituosa e contribui para a garantia dos direitos humanos em trabalhar as diferenças e diversidade cultural dos alunos no ambiente escolar. Para a construção e valorização da cultura étnico-racial prevista na Lei 10639/03 os professores citaram algumas atividades desenvolvidas na escola, dentre elas, o Festival Afro-Brasileiro, projeto da escola que desenvolve questões de gênero, raça e diversidade cultural com a participação dos alunos e comunidade. Os professores da pesquisa acreditam que muitas são as vantagens e contribuições da Lei 10639/03 no que diz a convivência e respeito às diferenças no ambiente escolar, para eles a Lei é necessária visto que infelizmente vivemos em uma sociedade com valores distorcidos, pautada no desrespeito as diferenças, no preconceito e racismo. O processo é lento, mas suas contribuições oferecem maiores liberdades aos negros em aceitação e valorização de sua identidade, a criança negra passa a se ver na escola e a branca a respeitar a diferença do colega.

Particpei do festival afro-brasileiro que a Escola desenvolveu no mês de setembro desse ano e pude perceber que as atividades realizadas pelos alunos trouxeram mais motivação e possibilidade de sentirem como parte integrante do processo de aprendizagem à valorização étnica-racial, pois o envolvimento foi veemente e houve participação dos agentes da escola e da comunidade. O espaço escolar foi destinado à apresentação de oficinas da cultura afro-brasileira e indígena, com degustação de comidas típicas, danças regionais, oficinas de beleza com a valorização do cabelo afro dentre outras. A arte africana também foi trabalhada com máscaras e utilização de tecidos representativos. O festival foi importante por se tratar de um projeto de valorização e igualdade nas

diferenças, mas é bom ressaltar que o mais importante é a tomada de consciência dos envolvidos como um todo e juntos evoluirmos para um mundo mais justo, com políticas públicas de qualidade que atendam todos os segmentos, classes, gêneros, cor, etc.

### **3.1 Discussões dos Resultados**

A prática escolar deve estar fundamentada em uma educação anti-racista e para tanto, as Orientações para a Educação das Relações Étnico-raciais (BRASIL, MEC, 2006, p. 70-72) traz alguns pontos básicos que poderão fazer parte das reflexões/ações no cotidiano escolar, com vistas ao trato pedagógico da diversidade racial, são eles:

- A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante ano letivo;
- Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro;
- Abordar as situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aula;
- Combater as posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;
- Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e cultura do povo negro;
- Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, com postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosa e discriminatória e, por fim,
- Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados.

Estas orientações faz-se necessário começar a repensar esta prática partindo da formação dos professores, com cursos direcionados as temáticas: étnico-raciais, ética, solidariedade, cidadania e diversidade cultural e religiosa.

Mediante Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira e africana (2005, p. 08) o Governo Federal passou a redefinir o papel do Estado como impulsivo das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade, bem como a necessidade de intervenção, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, um importante passo para à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra.

Neste período foi sancionada em março de 2003 a Lei 10.639/2003-MEC que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileiras e

africanas nos Currículos da Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E de forma efetiva criou a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), que elabora e articula junto a órgãos públicos e outras instituições, políticas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

A SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - órgão este de maior importância na execução de planos, programas e projetos voltados à promoção da igualdade racial, que estão à disposição da educação a efetivação da Lei 10.639/2003.

Assim, tal temática deve fazer parte do cotidiano escolar, com planejamentos direcionados, servindo, inclusive como documento norteador de tal prática na orientação e formulação de projetos educacionais empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos.

Devem ser consideradas, ainda, as legislações penais acerca da temática, no que diz à discriminação e preconceito, que subsidiarão o trabalho, pois as punições referentes aos crimes de Injúria Racial previsto no artigo 140, §3º, no Título I, capítulo V, da Parte Especial do Código Penal Brasileiro – “Dos Crimes Contra a Honra” e o crime de Racismo constante do artigo 20 da Lei nº 7.716/89 devem ser conhecidas e estudadas.

Finalmente, a abordagem dessa temática deve ser uma prática escolar constante e não ser trabalhada somente quando se deparam como questões de discriminação, preconceito e racismo, respeitando, inclusive, a transversalidade e a continuidade da mesma durante todo o ano letivo.

Para tanto, o educador deve se interessar e se preparar sobre a temática, para ser multiplicador e construir práticas pedagógicas de combate a toda forma de discriminação, preconceito e racismo, pois assim o fazendo, ele irá contribuir para a construção de uma escola democrática, onde não é aceito qualquer tipo de discriminação, preconceito e racismo. Nelma Lopes destaca ainda que:

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este

fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática (GOMES, 2003, p. 77).

E, finalmente, desconstituir qualquer aspecto negativo que se tenham sobre a temática racial:

Um posicionamento e a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, um rompimento com a “naturalização” das diferenças étnico/raciais, pois esta sempre desliza para o racismo biológico e acaba por reforçar o mito da democracia racial. Uma alternativa para a construção de práticas pedagógicas que se posicionem contra a discriminação racial é a compreensão, a divulgação e o trabalho educativo que destaca a radicalidade da cultura negra (GOMES, 2003, p. 77).

O ambiente escolar deve ser prático, competente e proporcionar momentos de reflexão, análise, percepção da temática com organização de debates, seminários, palestras, visitas culturais, vídeos, documentários, bem como outros recursos que levem o aluno a refletir a realidade racial.

As ações da escola devem abranger todos os seus alunos negros e não negros, uma educação voltada para construção de suas identidades individuais e coletivas, garantindo o direito de aprender e de ampliar seus conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si próprios ou ao grupo étnico-racial a que pertencem. É na perspectiva de valorização da identidade que se focaliza o trabalho com a questão racial, como referência a participação de estudantes negros e não negros (MEC, 2006, p. 89).

Assim o instrumento que a escola tem a seu favor, elaborado e pensado coletivamente, com todos os segmentos (professores, estudante e comunidade escolar) que pode prevê ações e rever práticas, remodelar currículos, inclusive, trabalhando a temática de educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, enfrentando as diversas formas de racismo e a valorização da diversidade étnico-racial, é o Projeto Político Pedagógico da escola, que não é um documento estanque, fechado, acabado, estando a todo o momento em construção, a partir das necessidades apresentadas pela escola. Portanto, é um documento que deve refletir os anseios e possibilidades da comunidade escolar, de forma democrática, dialógica e participativa.

Finalmente, a partir deste Projeto Político Pedagógico, a escola deve buscar uma educação anti-racista que eduque para a igualdade étnico-racial, bem assim para o



rompimento de estigmas, com linguagem explicitas ou não de inferioridade da raça negra e indígena, com vistas a superar o velho e inventar o novo (MEDEIROS; EGHRARI, 2008, p.100).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversos os desafios até que a Lei 10639/03 seja de fato implementada nas escolas, porém muito se tem avançado nas discussões em relação ao tema, ainda é preciso uma ampliação da discussão social e racial, disposta a inserir todos os sujeitos no contexto escolar e social.

É fundamental discutir, pesquisar, debater e criar novos procedimentos didático-pedagógicos, onde possamos relacionar cultura, escola e diversidade étnica e cultural tendo como perspectiva a metodologia a fim de incluir a temática afro-brasileira no sentido de ser garantia de direitos humanos e cidadania.

Contudo, é preciso que os agentes de construção de conhecimento, professores, contribuam com novas práticas pedagógicas, valorizando a cultura com respeito às identidades a fim de desconstruir as imagens negativas e depreciativas elaboradas a partir de uma visão preconceituosa acerca de grupos étnico-raciais situados em uma relação desigual de poder na sociedade brasileira.

A pesquisa realizada não atendeu em sua totalidade aos objetivos propostos no trabalho, houve a análise da aplicabilidade da Lei 10639/03 como instrumento que garante os direitos humanos e de cidadania aos alunos negros *do Centro de Ensino Infantil 01 de São Sebastião/DF*, pude também identificar as contribuições da Lei 10.639/03 em relação à convivência e respeito às diferenças por meio dos trabalhos desenvolvidos pela escola, mas o objetivo específico de propor discussões com os seguimentos de professores e alunos da comunidade escolar para a construção de uma proposta política pedagógica voltada para efetivação da aplicação da Lei 10.639/03 ficou sem o aprofundamento necessário para alcance desse objetivo e diante desse objetivo específico não alcançando desejo posteriormente dar continuidade aos estudos da pesquisa e ter condições de melhorar a fim de alcançar o objetivo proposto. Por fim, foi possível fazer uma análise de como as questões referentes à diversidade, direitos humanos e cidadania vêm sendo tratadas, no âmbito da escola, que caminha para efetivação de políticas para uma educação étnico-racial, construindo e aperfeiçoando as relações sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Míriam. Escola e Violências. Artigo publicado no livro: GOMES, Carlos. **Segurança e Educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas: preventivas e repressivas coerentes com a realidade da Juventude**. Salvador: UNIFACS, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRANDÃO, Elaine. Gênero e Diversidade na Escola. In. **Formação para Professoras/Etnia, Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Racial**. Livro de Conteúdo- Versão 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Parecer CNE/CP3/2004, 10 de março de 2004**.

BRASIL. **O homem constrói ou é construído pela sociedade?** 2013. MONTEIRO, Garcia. <<http://doutissima.com.br/2013/10/21/homem-constroio-construido-sociedade-21219/>>

COSTA, Soares Geane - Fatores que interferem no processo de construção da identidade étnico-racial no ambiente escolar. **Monografia** (Especialização) - Universidade de Brasília. 2014.

DIAS, A. N. R. ; SANTOS, A. C. ; COSTA, V. S. S. ; SILVA, S. M. . **A lei 10.639/2003 e os Direitos Humanos: Educação para a Diversidade**. 2011.

VAINTAS, Ronaldo (organizador). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

**Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: junho/2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Paz e Terra, 1993.

GOMES, Nilma Lino. "Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão". In: CAVALHEIRO, Eliane (Org), **Educação**

**anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/2003.** Coleção Educação para Todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação. UFMG.** Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as:** um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, vol. 29, número 1, ene-jun, 2003. pp 167-182, Universidade de São Paulo.

**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm) Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB).

MENEZES, Valéria. **O preconceito racial e suas repercussões na Instituição Escolar.** 2002. Disponível em < <http://www.fundaj.gov> >. Acessado em 21 de set. de 2015.

MORITZ, Lilia. **Questão racial e etnicidade.** 2007.

MOURA, Glória. O direito à diferença. **Revista Gestão em Rede.** Brasília: CONSED, n. 46, agosto/2003.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** Introdução de Izabel A. Marson e Célio R. Tasinafo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de. **A questão racial na escola.** 2007.

PEQUENO, Marconi. O Fundamento dos Direitos Humanos. **In Curso de Formação de Educadores em Direitos Humanos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

PORTAL EDUCAÇÃO - **Cursos Online:** Mais de 1000 cursos online com certificado <http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/38169/a-importancia-da-pesquisa-qualitativa#ixzz3oN1XRRKS>

ROSEMBERG, André. **Ordem e burla:** processos sociais, escravidão e justiça – Santos, décadas de 1880. São Paulo Alameda, 2006.

## APÊNDICES

### A - Questionário aplicado



**Universidade de Brasília - UnB**

**Instituto de Psicologia**

**Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da  
Diversidade Cultural - EEDH**

Prezado Professor (a),

Você está recebendo um questionário que se caracteriza como instrumento da pesquisa. O mesmo tem como objetivo *identificar as contribuições da lei 10.639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças*. Neste sentido, solicito a sua colaboração em responder as questões na íntegra. Ressalto ainda que toda informação será utilizada unicamente para realizar o estudo proposto em meu trabalho de conclusão do curso, preservando o sigilo das respostas e dos participantes.

### **QUESTIONÁRIO**

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** \_\_\_\_\_

**Qual a sua formação e há quanto tempo atua na área:** \_\_\_\_\_

- **Qual a sua raça/etnia?**  
(   ) branco   (   ) negro   (   ) miscigenado
  
- **Você já sofreu/sofre discriminação/étnico-racial?**  
(   ) sim                      (   ) não
  
- **Existe discriminação em relação à raça no seu ambiente de trabalho entre:**  
(   ) estudante/estudante                      (   ) estudante/professor  
(   ) professor/estudante                      (   ) responsáveis/professor  
(   ) servidor/servidor
  
- **A discriminação e preconceito racial interferem na construção da aprendizagem do seu estudante?**  
(   ) sim    (   ) não                      (   ) às vezes
  
- **Que estratégias você utiliza para sanar a discriminação e preconceito racial existente na sua sala de aula?**  
(   ) não percebo a discriminação e preconceito em minha sala.  
(   ) não utilizo nenhuma estratégia ou planejamento.  
(   ) faço as intervenções necessárias quando ocorrem.  
(   ) planejo atividades diversificadas para trabalhar o tema.  
(   ) quando surgem situações discriminadoras, encaminho a situação para os serviços de apoio da escola (Direção, Supervisão, Orientação, coordenação e outros).

**De que maneira a sua atuação pedagógica tem contribuído para garantia dos Direitos Humanos para se trabalhar as diferenças e a diversidade cultural dos alunos no ambiente escolar?**

---

---

---

---

---

---

---

**O que você tem feito em relação a sua prática pedagógica para atender a política de construção e valorização da cultura étnico-racial, prevista na lei 10.639/2003 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos currículos da educação básica)?**

---

---

---

---

---

---

---

**De que maneira você identifica as contribuições da Lei 10639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças no ambiente escolar?**

---

---

---

---

---

---

---

**Responsável pela pesquisa:**

**Ana Paula Pereira de Carvalho**

**Curso de Especialização em [Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural](#).**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria Helenice Barroso**

**Contatos: [annapaula.ead@gmail.com](mailto:annapaula.ead@gmail.com) – (61) 9282 2829**

**Obrigada pela sua atenção!**

**B - Fotos festival Afro-brasileiro**



**Professores do Centro Infantil 01 de São Sebastião/DF no festival Afro-Brasileiro:**





**Apresentação de danças no festival Afro-Brasileiro dos alunos do Centro Infantil 01 de São Sebastião/ DF:**



**Trabalhos realizados pelos alunos do Centro Infantil 01 de São Sebastião/DF:**





## Anexos:

### A - Aceite Institucional


#### ACEITE INSTITUCIONAL

O(A) Sr./Sra. *Vanderleia de Santana Nogueira, Diretora do(a) Centro de Educação Infantil 01 de São Sebastião*, está de acordo com a realização da pesquisa *A aplicabilidade da LEI 10639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania*, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) *Ana Paula Pereira de Carvalho* aluno(a) de *especialização* no Departamento de *Psicologia e programa de pós-graduação* da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Profa. *Maria Helenice Barroso*

O estudo envolve a realização da *aplicação de um questionário* com os professores regentes em sala de aula e que se dispuserem a participarem da pesquisa. A pesquisa terá a duração de 4 semanas, com previsão de início em *09/2015* e término em *10/2015*.

Eu, *Vanderleia de Santana Nogueira, Diretora do(a) Centro de Educação Infantil 01 de São Sebastião*, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 03 de novembro de 2015 .

  
Vanderleia de Santana Nogueira  
Matrícula: 49.754-6  
Diretora do CRI 01 de São Sebastião  
TODF nº 1, par. 33 de 12/04/2014

Nome do(a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

## B – Termos de Consentimento livre e assinado:

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *A aplicabilidade da Lei 10.639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania*, de responsabilidade de Ana Paula Pereira de Carvalho aluno(a) de especialização da Universidade de Brasília, sob orientação da Professor(a) Doutor(a) Maria Helenice Barros. O objetivo desta pesquisa é *identificar as contribuições da lei 10.639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para o conhecimento menos preconceituoso e mais abrangente aos povos negros através de uma formação significativa e ampla nas práticas pedagógicas enquanto docente mais consciente.


Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9282 2829 ou pelo e-mail [anapaula.eed@gmail.com](mailto:anapaula.eed@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da disponibilidade de uma cópia do trabalho apresentado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

  
Assinatura do (a) participante

  
Assinatura do (a) pesquisador

Brasília, 06 de Novembro de 2015

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *A aplicabilidade da Lei 10.639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania*, de responsabilidade de Ana Paula Pereira de Carvalho aluno(a) de especialização da Universidade de Brasília, sob orientação da Professor(a) Doutor(a) Maria Helenice Barros. O objetivo desta pesquisa é *identificar as contribuições da lei 10.639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.


Espera-se com esta pesquisa contribuir para o conhecimento menos preconceituoso e mais abrangente aos povos negros através de uma formação significativa e ampla nas práticas pedagógicas enquanto docente mais consciente.


Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9282 2829 ou pelo e-mail [anapaula.eed@gmail.com](mailto:anapaula.eed@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da disponibilidade de uma cópia do trabalho apresentado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

  
Assinatura do (a) participante

  
Assinatura do (a) pesquisador

Brasília, 06 de novembro de 2015

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *A aplicabilidade da Lei 10.639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania*, de responsabilidade de Ana Paula Pereira de Carvalho aluno(a) de especialização da Universidade de Brasília, sob orientação da Professor(a) Doutor(a) Maria Helenice Barros. O objetivo desta pesquisa é *identificar as contribuições da lei 10.639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.


Espera-se com esta pesquisa contribuir para o conhecimento menos preconceituoso e mais abrangente aos povos negros através de uma formação significativa e ampla nas práticas pedagógicas enquanto docente mais consciente.


Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9282 2829 ou pelo e-mail [anapaula.eed@gmail.com](mailto:anapaula.eed@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da disponibilidade de uma cópia do trabalho apresentado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

  
Assinatura do (a) participante

  
Assinatura do (a) pesquisador

Brasília, 06 de novembro de 2015

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *A aplicabilidade da Lei 10.639/03 como instrumento de garantia de direitos humanos e cidadania*, de responsabilidade de Ana Paula Pereira de Carvalho aluno(a) de especialização da Universidade de Brasília, sob orientação da Professor(a) Doutor(a) Maria Helenice Barros. O objetivo desta pesquisa é *identificar as contribuições da lei 10.639/03 no que diz à convivência e respeito às diferenças*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para o conhecimento menos preconceituoso e mais abrangente aos povos negros através de uma formação significativa e ampla nas práticas pedagógicas enquanto docente mais consciente.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9282 2829 ou pelo e-mail [anapaula.eed@gmail.com](mailto:anapaula.eed@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da disponibilidade de uma cópia do trabalho apresentado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

  
Assinatura do (a) participante

  
Assinatura do (a) pesquisador

Brasília, 06 de novembro de 2015